CARTA DE SÃO JOAQUIM

II ENCONTRO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS VEREDEIRAS DO NORTE DE MINAS GERAIS

“ Como guardiões das águas, lutamos pelo direito de nossa juventude ao futuro ”

Nós, participantes do II Encontro de Comunidades Tradicionais Veredeiras do Norte de Minas, reunidos nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2019, no distrito de São Joaquim, município de Januária/MG, ocasião em que participaram cerca de 250 representantes de diversos povos e comunidades tradicionais de todo o Norte de Minas, da região de Diamantina e do Alto Vale do Jequitinhonha, como Veredeiros, Vazanteiros, Geraizeiros, Caatingueiros, Quilombolas, Indígenas, Extrativistas, Apanhadores de Flores Sempre-Vivas, Pescadores Artesanais, além de entidades de apoio e representantes dos poderes públicos,

CONSIDERANDO a diversidade ambiental e sociocultural da região, e o direito ao território e aos modos de vida tradicional, seus saberes e fazeres.

CONSIDERANDO o papel dos povos e comunidades tradicionais no uso racional e na conservação dos recursos naturais.

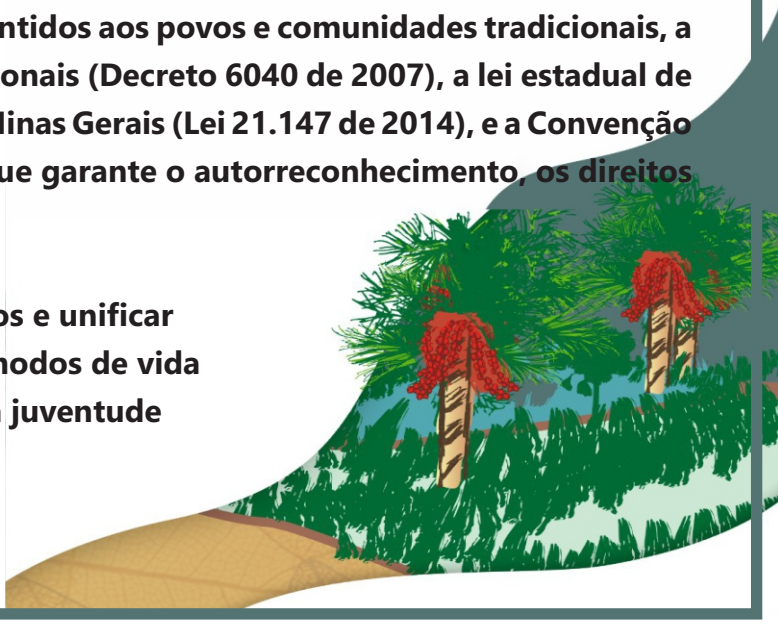
CONSIDERANDO a importância das veredas para a conservação das nascentes e a manutenção do regime hídrico dos rios da região e da bacia do São Francisco.

Considerando que nossas comunidades veredeiras desenvolveram ao longo da história formas próprias de uso e manejo dos ambientes de matas, gerais, chapadas e brejos e que foram fundamentais para a conservação das veredas e de suas águas.

CONSIDERANDO a degradação que sofrem as veredas pelos usos não sustentáveis advindos da implantação de monoculturas, pelo uso intensivo de agrotóxicos, pelo desmatamento desenfreado, pela produção de carvão, pelas queimadas intensivas, e pelo assoreamento e aterramento das veredas.

CONSIDERANDO os direitos constitucionais garantidos aos povos e comunidades tradicionais, a politica nacional de povos e comunidades tradicionais (Decreto 6040 de 2007), a lei estadual de povos e comunidades tradicionais do Estado de Minas Gerais (Lei 21.147 de 2014), e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que garante o autorreconhecimento, os direitos territoriais e a consulta livre, prévia e informada.

E CONSIDERANDO a necessidade de unir os povos e unificar suas lutas pelos territórios, à garantia dos seus modos de vida tradicionais e, principalmente, o direito de nossa juventude ao futuro.



PROPOMOS E REINVINDICAMOS

- o modo de vida veredeiro como referência para o uso, manejo e gestão dos diversos ambientes associados ao bioma Cerrado e suas veredas;

- o incentivo à troca de aprendizado, saberes e experiências entre os povos, e a adaptação da grade curricular das escolas locais às características e conhecimentos tradicionais das comunidades;

- a realização de cursos de capacitação, especialmente para a produção e plantio de mudas nativas nas áreas degradadas e para o manejo sustentável dos recursos naturais;

- o desenvolvimento de tecnologias baseadas no conhecimento tradicional, que considere as particularidades dos ambientes em questão, promovendo seus usos sustentáveis e respeitando o direito à vida;

- a regularização das terras e territórios tradicionais onde vivem e das quais dependem as comunidades veredeiras;

- ao governo e às grandes empresas, especialmente Plantar e Rima, a devolução das terras que foram griladas, a elaboração de planos de manejo e de conservação das áreas degradadas, além de realização de ações de restauração e recuperação das veredas e chapadas;

- a não implantação de novos projetos e empreendimentos que impactem o ambiente, especialmente, aqueles ligados à monocultura, a construção de grandes barragens ou à exploração mineral, nos territórios tradicionais sem prévia, livre e informada consulta ao povo veredeiro;

- o apoio dos governos municipais, estadual e federal para a implantação do Plano Comunitário de Enfrentamento às Mudanças do Tempo, apresentado pelas comunidades veredeiras de São Joaquim e Pandeiros e para outros projetos de recuperação e preservação das veredas em execução pela sociedade civil organizada;

- a elaboração de leis estaduais e municipais que atendam às demandas e reinvindicações dos povos e comunidades tradicionais;

- o incentivo a iniciativas de comunicação popular nos povos e comunidades tradicionais, mobilizando e articulando especialmente os jovens;

- uma melhor atenção à saúde dos povos e comunidades, respeitando inclusive suas práticas e saberes tradicionais;

- a melhoria das estradas da região, construindo inclusive barreiras de contenção que evitem o deslocamento de areia para os rios e veredas, o que provoca o seu assoreamento e aterramento;

- a elaboração de uma política de capacitação para as comunidades tradicionais veredeiras que promova permanentemente a conscientização sobre a importância da preservação do seu território, o replantio nas encostas de rios, veredas e áreas ameaçadas, a implementação de planos de conservação e recuperação destas áreas, e a recuperação do cerrado;

- a inserção dos jovens nos espaços de formação e discussão sobre a proteção e manutenção do território, especialmente em parceria com as escolas;

- a atuação dos órgãos governamentais para coibir as práticas de degradação causada pelas empresas reflorestadoras que assoreiam os rios e veredas, causando sérios impactos às comunidades;

- políticas de saneamento, dando destinação e tratamento ao lixo e toda forma de poluição gerada nos distritos e comunidades;

- a manutenção e o reforço da estrutura da barragem do rio Pandeiros, assim como a implantação de bacias de contenção em todos os seus afluentes;

- a construção de pequenos barramentos e bacias de contenção de água do rio Alegre e em outras veredas da região;

- a revitalização das chapadas que garantem a sustentabilidade das veredas, e a garantir que as matas ciliares dos rios sejam preservadas;
- o reconhecimento do manejo tradicional dos brejos pelos veredeiros fazendo as necessárias adequações à legislação ambiental;

- a titulação do Quilombo de Peixe Bravo e a implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Tamanduá/Poções em Riacho dos Machados;

- a implantação de um programa de recuperação do rio Jabuticaba;

- o apoio a iniciativas de comercialização de produtos do cerrado, promovendo acordos com feiras e supermercados que respeitem a sazonalidade da produção local;

- a suspensão do plantio de eucalipto, o corte do rebroto, o incentivo à coleta de sementes nativas, e o replantio das áreas degradadas, promovendo a recuperação da vegetação nativa do Cerrado;

- o fomento a pesquisas para controle das pragas que estão afetando os frutos do cerrado, especialmente os pequizeiros;

Além disso, para que as veredas sejam preservadas, preservando assim os modos de vida tradicionais dos Veredeiros, e dos demais povos e comunidades que destas áreas dependem;

COMPROMETEMO-NOS a continuar a articulação em rede e a unificação das lutas com os outros povos e comunidades tradicionais nas diversas esferas,

E TRABALHAREMOS pelo reconhecimento do modo de vida tradicional veredeiro, sua relação com natureza, seus saberes e fazeres.

`

Distrito de São Joaquim (Januária/MG), 20 de outubro de 2019

Assinam essa carta:

Comunidades e associações locais

Associação Central dos Veredeiros - Acever, Água Doce, Ana da Rocha, Assentamento Tapera, Associação de Veredas, Associação dos Pequenos Produtores de São Joaquim, Associação dos Vazanteiros de Itacarambi, Baixa Grande, Barra do Tamboril, Bom Jesus, Brejinho, Cabeceira de Macaúba, Cabeceirinha, Capivara I e ll, Catanduva, Associação dos Vazanteiros Extrativistas da comunidade de Pau Preto, Colônia dos Pescadores de Januária, Comunidade Geraizeira de Batalha - Vale das Cancelas, Comunidade Geraizeira São Francisco - Vale das Cancelas, Comunidade Quilombola Pesqueira e Vazanteira de Croatá, Cruz de São Joaquim, Fazenda Floriano, Fazenda Picos, Furnas, Ilha da Maria Preta, Moreira, Larga, Pindaíba II, Poções, Quilombo da Lapinha, Quilombo da Praia, Quilombo de Raiz, São Domingos, São Joaquim, Vargem de Salinas, Várzea da Manga, Vereda Funda, Comunidade Pesqueira e Vazanteira de Caraíbas, Quilombo de Bebedouro, Quilombo de Brejo de São Caetano, Vereda Grande de São Joaquim.

Movimentos sociais e STRs

Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais, , Associação dos Vazanteiros de Januária, CODECEX - Comissão de Comunidades Extrativistas, Comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-Vivas, Movimento Geraizeiro, Movimento Veredeiros, STR de Porteirinha, STR de Riacho dos Machados, STR de Rio Pardo de Minas, STR de Bonito de Minas, Vazanteiros em Movimento, Povo Xacriabá.

Entidades de apoio

Caritas Diocesana de Januária, Centro de Agricultura Altenativa do Norte de Minas, Comissão Pastoral da Terra, Global Forest Coalition, Instituto Ecovida.

Organizações que apoiam

AUREMAG - Associação dos Usuarios e Usuarias da RESEX Marinha Mãe Grande de Curaçá ACBANTU, Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto - Bahia, Articulação POMERBRA, ASPROCHARCO - Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Charco, Associação da Juventude Extrativista Marinha - AIE, Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras, Associação POMERPAMPA, CEDRO

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas., CONFREM - Comissão Nacional das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos, Coordenação Nacional Caiçara, FASE ES-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, GTA - Grupo de Trabalho Amazônico, Instituto Ecovida, MCM - Movimento das Catadoras de Mangaba, Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais, Rede de Comunidades Tradicioinais Pantaneira, ASSUSBAC- Associação dos Usuários da Su-Bacia do Rio dos Cochos.

Instituiçoes Públicas

Mandato da deputada estadual Leninha, Mandato do deputado federal Padre João, MPE CIMOS - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, MPF - Ministério Público Federal, NIISA / Unimontes - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental, UNB - Universidade de Brasilia.